



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

ANEXO IX - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N° _____/20__

CONTRATADA:

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RORAIMA - CAER, sociedade de economia mista, com sede na na Rua Melvin Jones, n° 219, São Pedro, na cidade de Boa Vista, Roraima, CEP 69.306-610, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o n° 05.939.467/0001-15, neste ato representada pelo Diretor Presidente **JAMES DA SILVA SERRADOR**, em conjunto com a Diretora de Tecnologia e Gestão dos Sistemas de Água **ANABEL MOTA E SILVA**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n° _____, com endereço à _____, representada por _____, CPF n° _____, doravante denominada apenas **CONTRATADA**, em consequência do resultado da **LICITAÇÃO PELO RITO PROCEDIMENTAL SIMILAR AO DA MODALIDADE PREGÃO**, na forma, **PRESENCIAL**, sob o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, sob o n° ____/20__, cujo Termo de Homologação foi publicado no Diário Oficial do Estado de Roraima, em ____/____/20, edição n° _____, pág. n° _____, firmam o presente Contrato de Prestação de Serviços, que será regido pela Lei Federal n° 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitação e Contratos da CAER - RILC, Lei Complementar n° 123/2006 e demais legislações correlatas, aplicando-se subsidiariamente, no que couber a Lei Federal n° 10.520/2002, e pelas disposições fixadas no Edital e Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. Constitui o objeto deste **CONTRATO** a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS EVENTUAIS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA (REBOBINAMENTO DOS MOTORES) DAS BOMBAS CENTRÍFUGAS, INJETORAS, SUBMERSÍVEIS E SUBMERSAS, UTILIZADAS NOS SISTEMAS DE BOMBEAMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA CAPITAL E INTERIOR DO ESTADO**, nas quantidades e valores contidos na Ata de Registro de Preço n° ____/20__ e na Proposta da CONTRATADA.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

1.2. Integram este Contrato, para todos os fins de direito, independente de transcrição, os seguintes documentos: o Edital do Rito Procedimental Similar ao da modalidade Pregão nº ____/20 e seus Anexos, a Proposta da CONTRATADA, a Ata de Julgamento e Adjudicação do objeto e o Termo de Homologação do Processo nº ____/20.

1.3. Em caso de divergência entre as condições mencionadas na Proposta da CONTRATADA e as expressas neste Contrato, prevalecerão as deste último.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FONTE DE RECURSOS

2.1. A execução do objeto deste Contrato, correrá à conta do recursos financeiros próprios da CAER, sob: **44050.17122010.001.014/399/001**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

3.1. O valor global deste Contrato é de **R\$ ____ (____)**, conforme Proposta da CONTRATADA.

3.2. A CAER pagará à CONTRATADA pelo objeto mencionado na cláusula primeira deste contrato, efetivamente entregue, os valores unitários constantes na Proposta da CONTRATADA.

3.3. No preço global mencionado no subitem 3.1, bem como nos valores unitários mencionados no subitem 3.2, estão incluídas todas as despesas com fretes – CIF da localidade de entrega do(s) material(is) e/ou equipamento(s), carga e descarga, seguros, impostos, taxas, encargos, know-how, montagem, instalação, despesas diretas e indiretas e os custos diretos e indiretos, requeridos para o fornecimento do(s) material(is) e/ou equipamento(s), inclusive os decorrentes de troca deste(s), dentro do prazo de garantia, e, verificação de funcionamento dos equipamentos, tudo de acordo com as especificações, demais documentos da licitação e a Proposta da CONTRATADA.

3.4. Quaisquer tributos, despesas diretas e indiretas e custos diretos e indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer outro título, devendo o(s) serviço(s) ser(em) executado(s) sem ônus adicionais.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. O prazo para execução dos serviços será de até 05 (cinco) dias a contar da data da assinatura do presente Contrato, podendo ser prorrogado por igual período, a pedido da contratada, devendo, neste caso, o pedido de prorrogação ser protocolado na GME, antes do término do prazo inicial.

4.2. Os serviços serão executados na sede da CONTRATANTE, ficando a CONTRATADA responsável pelo transporte de entrega e retirada dos motores.

CLÁUSULA QUINTA - DA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS CONTRATUAIS

5.1. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogações extraordinárias, preservadas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo, nos termos do 201 do RILC/CAER:

- I** - alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações que demande a revisão dos prazos inicialmente fixados;
- II** - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- III** - retardamento na expedição da Ordem de Serviço ou Ordem de Fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, no interesse da CAER;
- IV** - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato;
- V** - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela CAER em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- VI** - omissão ou atraso de providências a cargo da CAER, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

5.2. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o prazo ou cronograma de execução poderá ser prorrogado por período necessário a execução total do objeto.

5.3. Uma vez prorrogados os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega, o prazo de vigência contratual será prorrogado na mesma medida.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A realização do serviço será de acordo com necessidade da contratante.

6.2. Os motores serão transportados pela CONTRATANTE até a oficina da CONTRATADA, no horário comercial, acompanhado de um breve relatório sobre o defeito apresentado, contendo todas as especificações do equipamento.

6.3. Após o encerramento dos serviços, os equipamentos serão retirados e transportados até a sede da CAER, pela CONTRATANTE.

6.4. A CONTRATADA se obriga a comunicar, imediatamente, a CONTRATANTE sob qualquer problema superveniente detectado nos equipamentos durante a execução dos serviços.

6.5. Para cada manutenção realizada a CONTRATADA deverá apresentar “Relatório de Manutenção” com numeração sequencial, detalhando os serviços executados.

6.6. A montagem e desmontagem, bem como todos os materiais e equipamentos a serem utilizados nos serviços serão fornecidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

7.1. O recebimento provisório dos serviços se dará na data da entrega dos mesmos, ou seja, dentro do prazo estabelecido no item 4.1, contados para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos, com as especificações constantes no presente Contrato e na proposta vencedora.

7.2. O recebimento definitivo dos serviços será finalizado em até 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório mencionado no item 5.6, após a avaliação de conformidade dos mesmos com o presente Contrato e proposta vencedora.

7.3. Não serão aceitos na entrega dos serviços que eles sejam diferentes daquelas constantes no presente Contrato e proposta vencedora. Caso os serviços sejam entregues em desacordo com o estabelecido, serão os mesmos imediatamente devolvidos, obrigando-se a contratada a refazê-los no prazo 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação a CONTRATADA, sem quaisquer ônus a contratante.

7.4. Caso o prazo definido no item 6.3 não seja observado, os serviços não deverão ser considerados como entregues, sendo aplicadas às penalidades previstas no presente Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

8.1. A CONTRATADA é responsável pela garantia da qualidade dos serviços realizados e previstos nas especificações deste instrumento.

8.2. Os serviços, depois de executados, e os materiais empregados deverão ter garantia geral por um prazo de, no mínimo, 06 (seis) meses.

8.3. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA deverá prestar assistência técnica gratuita, fornecendo a mão de obra e os materiais necessários para efetuar a manutenção dos serviços realizados.

CLÁUSULA NONA - DOS PAGAMENTOS

9.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, que deverá conter o detalhamento do objeto executado, assim como deverá vir acompanhada dos documentos que comprovem a regularidade fiscal, nos termos do art. 239 do RILC/CAER, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 239 do RILC/CAER;

9.2. As certidões exigidas e entregues deverão estar válidas na data da apresentação da nota fiscal apresentada;

9.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar o recebimento definitivo dos serviços;

9.4. Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTE DE PREÇOS E REVISÃO

10.1. O reajustamento de preços será efetuado na periodicidade anual, considerando-se a variação ocorrida desta a data da apresentação da Proposta, tendo como base a incidência do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), nos termos do Art. 211, do RILC da CAER.

10.1.1. A concessão do reajuste de preços deverá respeitar a anualidade prevista na Lei nº 10.192/2001, nos termos do Art. 212, do RILC da CAER.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

10.1.2. Após o primeiro pedido de reajuste de preços requerido da data de apresentação da proposta, quaisquer reajustamento que porventura venham ocorrer, somente poderá ser concedido após transcorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da concessão do último reajuste.

10.1.3. Ocorrendo revisão contratual antes da data do reajustamento de preços, o prazo para reajuste contratual será contado a partir da referida revisão.

10.1.4. A contratada mediante justificativa devidamente fundamentada, deverá pleitear, conforme o caso, o reajuste de preços.

10.1.5. Caso a contratada não apresente requerimento prévio antes da prorrogação contratual, ou não faça ressaltar o seu direito de reajuste no termo aditivo de prorrogação, haverá preclusão do direito de reajuste de preços.

10.1.6. A contratada mediante justificativa devidamente fundamentada, deverá pleitear, conforme o caso, a revisão contratual.

10.1.7. Para a concessão da revisão contratual, a contratada deverá cumprir com as exigências previstas no parágrafo único, do Art. 221, do RILC da CAER.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES

11.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com a legislação, com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da Companhia, com as disposições constantes dos instrumentos convocatório e contratual, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, garantida a prévia defesa, sujeita-se às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos.

11.2. As sanções previstas nos incisos I e IV do *caput* poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II e III.

11.3. As condutas consideradas reprováveis e passíveis de sanções estão previstas no art. 251 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC/CAER;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

11.4. A aplicação de qualquer sanção prevista no dispositivo supramencionado deverá ser registrada no Cadastro de Fornecedores da CAER, assegurado o direito ao devido processo legal;

11.5. A sanção de advertência é cabível quanto o ato praticado, ainda que configure a violação de preceito contratual ou legal, não seja suficiente para acarretar danos à CAER, seus processos, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

11.6. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação da penalidade de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE ou a aplicação de multa no valor de até 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

11.7. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I – nas licitações em geral:

- a)** em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/06, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- b)** pela recusa em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor da contratação;
- c)** por empreender qualquer conduta ou expediente cujo objetivo consista em impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato do processo licitatório, correspondente a até 10% (dez por cento) do valor da contratação.
- d)** no caso de atraso no cumprimento dos prazos fixados no cronograma de execução, incidência de multa entre 0,2% (dois décimos por cento) ou superior a 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia de atraso, sobre o valor da parcela em atraso ou do saldo remanescente do contrato, conforme avaliação da CONTRATANTE, limitada a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;
- e)** no caso de inexecução parcial, incidência de multa entre 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ou do saldo remanescente do contrato, a depender do inadimplemento, conforme avaliação da CONTRATANTE;



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

f) no caso de inexecução total, incidência de multa entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, conforme avaliação da CONTRATANTE.

11.8. Ocorrendo infração contratual apenada apenas coma sanção de multa a CONTRATADA deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 03 (três) dias úteis.

11.9. No caso de aplicação de sanção de multa o valor relativo a penalidade a ser aplicada será considerado como parte controversa para efeito de liquidação do valor devido à CONTRATADA, devendo ser retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.

11.10. A parte incontroversa do valor devido em face do cumprimento do Contrato poderá ser paga de acordo com os prazos e condições fixados para tanto.

11.11. Havendo omissão ou concordância da CONTRATADA quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação da sanção, operando-se, nesse caso, o desconto em eventuais pagamentos devidos à CONTRATADA.

11.12. Não havendo a concordância da CONTRATADA, caberá ao gestor do contrato, avaliar a manifestação da CONTRATADA e decidir a respeito de sua procedência no prazo de 03(três) dias úteis.

11.13. No caso das demais sanções, a CONTRATADA deverá ser formalmente notificado para apresentar defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.14. Não havendo a concordância da CONTRATADA quanto aos fatos e a incidência das sanções cabíveis, deverá ser instaurado processo administrativo a ser conduzido por comissão permanente ou especial nomeada para este fim.

11.15. Será aplicada a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 02 (dois) anos, em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, dano à CONTRATANTE, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

11.16. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
“Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros”
Superintendência de Licitação e Contratos

11.17. O prazo da sanção a que se refere este Artigo terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima, estendendo-se os seus efeitos à todas as Unidades da CONTRATANTE.

11.18. Se a sanção de que trata este Artigo for aplicada no curso da vigência de um contrato, a CONTRATANTE poderá, a seu critério, rescindi-lo.

11.19. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

11.20. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAER, por até 02 (dois) anos, será registrada no cadastro de empresas inidôneas e suspensas de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA JUSTIFICATIVA DA GLOSA

12.1. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá ocorrer quando a CONTRATADA:

- I** – não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- II** – deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada; ou
- III** – deixar de atender disposições legais ou contratuais que promovam prejuízos à CONTRATANTE ou a terceiros e cuja responsabilidade pelo pagamento possa ser atribuída à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. As formas extintivas do contrato - com as devidas condições, estão previstas nos arts. 247 a 249 do RILC/CAER.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1. A gestão e fiscalização do contrato dar-se-á em conformidade ao Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos desta Companhia, por gestor e fiscal nomeados através de portaria pela autoridade competente pela contratação.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

14.2. A CONTRATADA ficará obrigada a permitir e facilitar, a qualquer tempo, a fiscalização do serviço, facultando-lhes o livre acesso às suas fábricas, depósitos e instalações, bem como a todos os registros e documentos pertinentes com o negócio ora contratado, sem que essa fiscalização importe, a qualquer título, em responsabilidade por parte da CAER.

14.3. A fim de estabelecer comunicação a respeito das necessidades da CONTRATANTE e execução do contrato, a CONTRATADA, obrigatoriamente, indicará preposto devidamente procurado, aceito pela administração, mantendo o contato através apenas de e-mail e telefone institucional, nos termos do Código de Conduta desta Companhia, com disponibilidade para ser interlocutor entre as partes, que receberá as demandas e reclamações da CONTRATANTE, acompanhará e fiscalizará a execução do objeto, anotará ocorrências e tomará medidas para o saneamento de eventuais falhas.

14.4. A fiscalização não terá nenhum poder para eximir a CONTRATADA de qualquer obrigação prevista neste Contrato.

14.5. A unidade requisitante da contratação, juntamente com os nomeados através de portaria para gestão e fiscalização do contrato, realizarão relatórios durante toda a execução do Contrato, incluindo fotográficos - caso solicitado, para atestar a execução dos serviços realizados pela contratada dentro das condições contratuais estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PROCEDIMENTO DE VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

15.1. A CONTRATADA tem o dever de manter todas as condições contratuais estabelecidas na assinatura do Contrato, durante todo o período de execução contratual;

15.2. Para verificação, ao encaminhar as notas fiscais ou faturas, a contratada deverá entregar, para conferência do fiscal do processo, os mesmos documentos entregues no momento da qualificação e habilitação;

15.3. Após análise, o fiscal do contrato atestará se há o cumprimento integral de todas as exigências contratuais;

15.4. Caso seja constatada alguma irregularidade, o fiscal do Contrato deverá notificar a CONTRATADA para que providencie a imediata regularização ou substituição do documento, nos termos do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC, ambos da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

16.1. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do serviço desejado, comunicando a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com execução dos serviços.

16.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto do contrato.

16.3. Atestar Notas Fiscais correspondentes à execução dos serviços.

16.4. Efetuar pagamentos os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas, depois de constatado o cumprimento efetivo das obrigações assumidas.

16.5. Solicitar a CONTRATADA os esclarecimentos que julgar necessários, quanto a execução dos serviços, que deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem indagações de caráter mais especializado, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

16.6. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

16.7. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos a autoridade competente para as providências cabíveis.

16.8. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

17.1. A CONTRATADA fica obrigada a prestar os serviços na forma preceituada no edital e no presente Contrato.

17.2. A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover ou reconstruir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato, em que se verificarem defeitos ou incorreções apontadas pelo fiscal do contrato.



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

- 17.3.** Responsabilizar-se, por quaisquer ônus, despesas ou obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, bem como alimentação, transporte e/ou outras despesas de qualquer natureza, necessárias para execução dos serviços.
- 17.4.** Sujeitar-se à fiscalização por parte da equipe de técnicos da GME, quando for necessária a vistoria para comprovação da perfeita execução dos serviços.
- 17.5.** Emitir relatório mensal dos serviços realizados, contendo os seguintes itens: marca, modelo, tombamento do equipamento, bem como descrição dos serviços realizados.
- 17.6** Assumir danos físicos e materiais causados a CONTRATANTE ou a terceiros, pelos seus empregados, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços.
- 17.7.** Relatar a CONTRATADA de qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação de serviços.
- 17.8.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, equipamentos, e tudo oque for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 17.9.** Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório, nos termos do art. 69, inciso IX, da Le nº. 13.303/16, c/c o art. 195, inciso XV, do RILC da CAER.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 18.1.** O prazo do contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 19.1.** São vedadas a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do contrato proveniente desta licitação, sob pena de rescisão de pleno direito, sujeita a CONTRATADA às cominações previstas contratualmente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

- 20.1.** É vedada a Cessão e a Transferência total ou parcial deste Contrato, sob pena de sua rescisão de pleno direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

21.1. Este Contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes, nos termos dos artigos 203 a 210 do RILC da CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOCUMENTOS ANTERIORES

22.1. O presente Contrato, o Edital e seus Anexos, serão os únicos instrumentos legais e reguladores da execução do objeto ora contratado, substituindo, de consequência, toda e qualquer documentação anteriormente trocada entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA e que, direta ou indiretamente, contrarie as disposições dele constantes. **19.2.** As despesas de registro deste Contrato e de suas eventuais alterações correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

23.1. A modificação do valor contratual, por acordo entre as partes, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, observará, quanto aos acréscimos e supressões, o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

24.1. O encaminhamento de ofícios e documentos pela CONTRATADA deverá ser efetuado através do Protocolo Geral da CONTRATANTE, não se considerando nenhuma outra forma como prova de entrega.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO FORO

25.1. A interpretação e aplicação dos termos contratuais serão regidas pelas leis brasileiras e o juízo da cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, terá jurisdição e competência sobre qualquer controvérsia resultante deste Contrato, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente, por si e seus sucessores em 03 (três) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nomeadas, que também assinam, dando-lhe, para efeitos legais, o valor global de



Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"
Superintendência de Licitação e Contratos

R\$ _____ (_____).

Boa Vista - RR, _____ de _____ de 2024.

PELA CONTRATANTE:

JAMES DA SILVA SERRADOR

Diretor Presidente

ANABEL MOTA E SILVA

Diretora de Tecnologia e Gestão dos Sistemas de Água

PELA CONTRATADA:

REPRESENTANTE DA EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF : _____

2. _____ CPF: _____